

Recuperação de Empresas e Falência

TEORIA E PRÁTICA NA LEI 11.101/2005

2023 • 4ª Edição revista, atualizada e ampliada

João Pedro Scalzilli
Luis Felipe Spinelli
Rodrigo Tellechea

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA

TEORIA E PRÁTICA NA LEI 11.101/2005

© Almedina, 2023

AUTOR: João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Larissa Nogueira e Rafael Fulanetti

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556277776

Março, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Scalzilli, João Pedro

Recuperação de empresas e falência : teoria e prática na Lei 11.101/2005 /
João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli, Rodrigo Tellechea.
– 4. ed.rev., atual. e ampl. – São Paulo : Almedina, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5627-777-6

1. Empresas – Falência 2. Falência – Brasil
3. Recuperação judicial (Direito) – Leis e legislação
– Brasil I. Spinelli, Luis Felipe. II. Tellechea, Rodrigo. III. Título.

22-139430

CDD-347.736(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Falências : Direito comercial
347.736(81)(094)

2. Brasil : Leis : Recuperação de empresas : Direito
comercial 347.736(81)(094)

Inajara Pires de Souza – Bibliotecária – CRB PR-001652/O

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhum parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	7
NOTA À 4ª EDIÇÃO	9
NOTA À 3ª EDIÇÃO	11
NOTA À 2ª EDIÇÃO	13

PARTE I TEORIA GERAL

CAPÍTULO 1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	49
1. Crise empresarial.....	51
1.1. Ciclo de vida.....	52
1.2. Causas da crise.....	53
1.2.1. Fatores internos	54
1.2.2. Fatores externos.....	55
1.3. Tipos de crise	56
1.3.1. Crise econômica.....	56
1.3.2. Crise financeira	56
1.3.3. Crise patrimonial.....	57
1.4. Graus de crise.....	57
1.4.1. Crise moderada	58
1.4.2. Crise moderada-grave.....	58
1.4.3. Crise grave	59
1.4.4. Crise gravíssima reversível	60
1.4.5. Crise gravíssima irreversível	60
2. Formação histórica dos regimes concursais: nota introdutória	61
2.1. Índia, Mesopotâmia, Egito, Grécia e povo hebreu: fragmentos.....	68
2.2. Roma: panorama geral.....	71
2.2.1. Lei das XII Tábuas: a responsabilidade pessoal do devedor.....	77

2.2.2.	Lex Poetelia Papiria: a introdução da responsabilidade patrimonial	82
2.2.3.	Lex Aebutia e Lex Iulia: o surgimento dos institutos de expropriação patrimonial.....	84
2.3.	Idade Média e Idade Moderna	94
2.3.1.	Renascimento do comércio e formação do direito comercial.....	97
2.3.2.	Direito falimentar estatutário.....	101
2.4.	Idade Contemporânea.....	110
2.4.1.	Influência dos períodos anteriores nos principais sistemas falimentares.....	110
2.4.2.	Revolução francesa e os ideais humanistas e liberais	112
2.4.3.	Ascensão dos Estados Unidos, macroempresas e as business reorganizations.....	114
2.4.4.	Crises dos anos 1990 e iniciativas em prol da eficiência dos sistemas concursais	116
3.	Desenvolvimento dos regimes concursais no Brasil.....	119
3.1.	Período Colonial.....	119
3.2.	Período Imperial.....	123
3.3.	Período Republicano	128
3.4.	Período atual	138
CAPÍTULO 2. APRESENTAÇÃO DA LEI 11.101/05		145
1.	Regimes jurídicos	146
1.1.	Recuperação judicial.....	147
1.2.	Recuperação extrajudicial	148
1.3.	Falência.....	148
2.	Objetivos da Lei 11.101/05.....	149
3.	Princípios da Lei 11.101/05.....	152
3.1.	Preservação da empresa	153
3.2.	Separação da sorte da “empresa” e do “empresário”	158
3.3.	Retirada da empresa inviável do mercado	160
3.4.	Tratamento paritário dos credores	161
3.5.	Interesse e participação ativa dos credores.....	164
3.6.	Transparência.....	166
3.7.	Redução do custo do crédito	169
3.8.	Proteção ao trabalhador	170
3.9.	Preservação e maximização dos ativos do falido	171
3.10.	Celeridade, eficiência e economia processual.....	172
3.11.	Liberação do falido.....	177
3.12.	Favorecimento das empresas de menor porte.....	181

CAPÍTULO 3. DESTINATÁRIOS DA LEI 11.101/05.....	183
1. Destinatários	183
1.1. Empresário individual	184
1.2. Sociedades empresárias.....	184
1.2.1. Sociedade em comum	185
1.2.2. Sociedade em nome coletivo	185
1.2.3. Sociedade limitada	186
1.2.4. Sociedade em comandita simples	186
1.2.5. Sociedade anônima.....	186
1.2.6. Sociedade em comandita por ações.....	187
2. Excluídos.....	187
2.1. Não empresários	188
2.1.1. Profissionais liberais, agentes autônomos de ofícios e consumidores	190
2.1.2. Sociedades não empresárias	192
a) Sociedade simples.....	194
b) Sociedade cooperativa	194
2.1.3. Associações e fundações	196
2.2. Empresas estatais	199
2.3. Agentes econômicos que exploram “atividades especiais”	200
2.3.1. Instituição financeira	201
2.3.2. Cooperativa de crédito	203
2.3.3. Consórcio	204
2.3.4. Entidade de previdência complementar	204
2.3.5. Sociedade operadora de plano de assistência à saúde.....	205
2.3.6. Sociedade seguradora	206
2.3.7. Sociedade de capitalização.....	206
2.3.8. Entidades legalmente equiparadas às anteriores	207
2.4. Pessoas jurídicas de direito público	208
3. Casos especiais	208
3.1. Produtor rural	209
3.2. Companhia aérea.....	211
3.3. Concessionárias (e permissionárias) de serviço público, em especial do serviço público de energia elétrica	213
3.4. Emissora de valores mobiliários.....	215
3.5. Sociedade em conta de participação.....	215
4. Credores não admitidos	220
4.1. Definindo “obrigações a título gratuito”	221
4.2. Definindo “despesas para tomar parte na recuperação judicial e na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor”	224

CAPÍTULO 4. APLICAÇÃO DA LEI 11.101/05	225
1. Competência	225
1.1. Principal estabelecimento	227
1.2. Prevenção	232
1.3. Controle sobre as ações propostas contra o devedor	234
1.4. Conflito de competência	235
2. LREF e CPC	240
3. Contagem dos prazos	243
4. Negócio jurídico processual	245
4.1. Negócio processual concursal	247
4.2. Objeto	249
4.3. Momento e sede	250
4.4. Hipóteses	251
4.4.1. Tempo do processo	252
4.4.2. Litisconsórcio ativo e consolidação patrimonial	253
4.5. Limites	254
5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	255
6. O sistema recursal	256
7. Ministério Público	259
8. Publicidade legal	263
9. Conciliação e mediação	265
9.1. Aplicação	269
9.2. Instauração	272
9.3. Hipóteses	272
9.3.1. Conflitos societários	274
9.3.2. Conflitos com credores extraconcursais	275
9.3.3. Conflitos entre concessionárias e permissionárias com órgãos reguladores e entes públicos	275
9.3.4. Verificação de créditos	275
9.3.5. Consolidação substancial	276
9.3.6. Negociação preventiva à recuperação judicial	276
9.3.7. Negociação do plano	279
9.4. Meio	280
9.5. Mediador e conciliador	281
9.6. Honorários	283
9.7. Homologação do acordo	283
9.8. Reversão do acordo	283
10. Arbitragem	284
11. Insolvência transnacional	289
11.1. Introdução	289

11.1.1. Territorialismo vs. universalismo	290
11.1.2. Modelo vigente pré-reforma promovida pela Lei 14.112/20	291
11.1.3. Introdução do Capítulo VI-A na LREF pela Lei 14.112/20.....	292
11.2. Capítulo VI-A da LREF	293
11.2.1. Interpretação e aplicação das normas	296
11.2.2. Ordem pública	297
11.2.3. Intervenção do Ministério Público	299
11.2.4. Juízo concursal e STJ.....	300
11.2.5. Definições	301
11.2.5.1. Processo estrangeiro.....	301
11.2.5.2. Processo estrangeiro principal.....	301
11.2.5.3. Processo estrangeiro não principal.....	303
11.2.5.4. Representante estrangeiro	304
11.2.5.5. Autoridade estrangeira	304
11.2.5.6. /Estabelecimento.....	304
11.2.6. Aplicação.....	305
11.2.7. Competência	306
11.2.8. Representante do processo brasileiro.....	306
11.3. Acesso à jurisdição brasileira.....	307
11.3.1. Atuação do representante estrangeiro.....	307
11.3.2. Tratamento igualitário aos credores estrangeiros.....	307
11.3.2.1. Créditos estrangeiros de natureza fiscal	308
11.3.2.2. Crédito do representante estrangeiro	308
11.3.2.3. Créditos sem classificação	309
11.3.2.4. Acesso à informação	309
11.3.2.5. Remessa de valores	309
11.4. Reconhecimento de processos estrangeiros.....	309
11.4.1. Documentação	310
11.4.2. Decisão	311
11.4.3. Recurso	313
11.4.4. Medidas	313
11.4.4.1. Tutelas provisórias.....	313
11.4.4.2. Medidas obrigatórias que decorrem da decisão de reconhecimento	315
11.4.4.3. Medidas eventuais que decorrem da decisão de reconhecimento	316
11.5. Cooperação com autoridades e representantes estrangeiros.....	318
11.5.1. Comunicação direta	319
11.5.2. Meios de cooperação	320
11.6. Processos concorrentes.....	320

11.6.1. Medidas de assistência.....	321
11.6.2. Multiplicidade de processos estrangeiros	321
11.6.3. Presunção de insolvência	322
11.6.4. Assistência do juízo falimentar do processo estrangeiro não principal.....	323
11.6.5. Indisponibilidade do saldo falimentar	323
11.6.6. Encerramento da falência transnacional principal.....	323
11.6.7. Pagamento de credores em múltiplas jurisdições.....	323

PARTE 2

DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

CAPÍTULO 5. SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO E DAS AÇÕES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (E NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL) E NA FALÊNCIA

1. Suspensão da prescrição.....	328
1.1. Natureza e efeito	329
1.2. Marco inicial da suspensão	330
1.3. Reinício da contagem do prazo.....	330
1.4. Situação dos sócios solidários.....	332
2. Suspensão das execuções e de constrições sobre bens do devedor	332
2.1. Marco inicial da suspensão	334
2.2. Levantamento da suspensão.....	334
2.2.1. Na recuperação judicial	335
2.2.2. Na falência	338
2.3. Situação dos sócios solidários.....	339
2.4. Ações que demandam quantia ilíquida	339
2.5. Pedido de reserva	341
3. Suspensão da prescrição e das ações na recuperação extrajudicial	341
3.1. Suspensão da prescrição	341
3.2. Suspensão das ações e execuções	341

CAPÍTULO 6. VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS.....

1. Procedimento para credores tempestivos.....	345
2. Lista de credores apresentada pelo devedor	345
3. Envio de cartas aos credores.....	346
4. Publicação da lista do devedor (“primeira lista”)	346
5. Habilitações e divergências	347
6. Análise dos créditos e lista do administrador judicial (“segunda lista”).....	357
7. Impugnações	359

8. Publicação da lista judicialmente consolidada (“terceira lista”)	369
9. Procedimento para credores retardatários e ação retificatória	374
9.1. Consequências da extemporaneidade (ou da não realização da habilitação)	378
9.2. Síntese da discussão acerca da faculdade do credor de habilitar seu crédito	380
10. Reserva de crédito.....	382
11. Incidente de classificação do crédito público na falência.....	386
11.1. O tratamento dado ao fisco antes da reforma promovida pela Lei 14.112/20	386
11.2. O art. 7º-A e seus parágrafos	389
11.3. Potencial inconstitucionalidade da regra.....	400
CAPÍTULO 7. ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	403
1. Natureza jurídica	405
2. Imparcialidade	405
3. Funções	406
4. Atribuições	407
4.1. Atribuições comuns à recuperação judicial e à falência.....	408
a) Enviar correspondência aos credores.....	408
b) Fornecer e exigir informações	409
c) Dar extrato dos livros do devedor	411
d) Definir o universo de credores.....	412
e) Requerer a convocação da AGC.....	412
f) Contratar profissionais ou empresas especializadas.....	412
g) Manifestar-se nos casos previstos em lei.....	413
h) Estimular a solução de conflitos por métodos consensuais.....	413
i) Manter página na internet.....	415
j) Manter endereço eletrônico para receber habilitações e divergências	415
k) Responder prontamente às solicitações de outros juízos e órgãos públicos	416
4.2. Atribuições específicas na recuperação judicial.....	416
a) Fiscalizar o devedor e o cumprimento do plano.....	416
b) Requerer a falência do devedor por descumprimento do plano	418
c) Apresentar os relatórios (inclusive quanto ao plano de recuperação judicial).....	419
d) Acompanhar o curso das negociações.....	422
4.3. Atribuições específicas na falência.....	425
a) Franquear acessos aos livros e documentos do falido.....	425
b) Examinar a escrituração do falido	426
c) Receber a correspondência do falido	426

d)	Apresentar relatório sobre as causas e as circunstâncias da falência ..	427
e)	Relacionar os processos e assumir a representação judicial da massa ...	428
f)	Realizar atos conservatórios de direitos da massa.....	429
g)	Arrecadar, avaliar, vender os bens do falido e pagar os credores	430
h)	Apresentar o relatório mensal e prestar contas ao final do processo ou quando deixar a função	431
i)	Entregar ao seu substituto todos os bens e documentos da massa ..	433
5.	Escolha	433
5.1.	Critérios	434
a)	Confiança.....	434
b)	Idoneidade	435
c)	Qualificação técnica	436
5.2.	Pessoa jurídica especializada	436
5.3.	Nomeação plúrima.....	437
5.4.	Distância entre a comarca e a sede do administrador.....	438
6.	Impedimentos.....	440
7.	Investidura	443
8.	Remuneração	444
8.1.	Responsabilidade pelo pagamento	444
a)	Na falência frustrada.....	444
b)	Na recuperação judicial sem recursos	446
8.2.	Fixação e seus parâmetros	447
8.3.	Base de cálculo e limites.....	451
8.4.	Forma de pagamento	455
8.5.	Nas hipóteses de substituição, renúncia, destituição e desaprovação das contas.....	458
8.6.	Remuneração dos auxiliares.....	458
8.7.	Remuneração no quadro de credores.....	459
9.	Controle.....	460
10.	Substituição e destituição	461
11.	Responsabilidade	464
CAPÍTULO 8. COMITÊ DE CREDORES		467
1.	Natureza e funções	467
1.1.	Função fiscalizatória	469
1.2.	Função consultiva.....	469
1.3.	Função deliberativa.....	470
2.	Constituição e caráter facultativo	470
3.	Composição.....	471
4.	Instalação, condução dos trabalhos, deliberações e responsabilidade.....	473

CAPÍTULO 9. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES.....	475
1. Natureza jurídica	477
2. Atribuições	479
2.1. Apreciação do plano de recuperação (e apresentação de plano pelos credores)	480
2.2. Instalação do Comitê de Credores	480
2.3. Pedido de desistência da recuperação judicial.....	481
2.4. Apreciação do nome do gestor judicial	481
2.5. Alienação de bens ou direitos do ativo não circulante.....	482
2.6. Adoção das modalidades de realização do ativo do falido previstas nos arts. 142, IV e V, e 145	483
2.7. Competência residual.....	484
3. Procedimento assemblear.....	485
4. Convocação	485
4.1. Iniciativa.....	485
4.2. Edital	486
4.3. Prazos	489
4.4. Dispensa de convocação e dispensa da própria AGC	490
5. Meios alternativos de deliberação	491
5.1. Termo de adesão	491
5.1.1. Termo de adesão vs. mandato para votar	492
5.1.2. Quórum	494
5.1.3. Exame da regularidade	494
5.2. Assembleia virtual	495
5.3. Outros mecanismos	498
6. Proteção contra a suspensão ou o adiamento da AGC	499
7. Rito assemblear.....	501
a) Preparativos.....	501
b) Presidência e secretariado	502
c) Controle da lista de presença	503
d) Instalação.....	504
e) Abertura e condução dos trabalhos.....	505
f) Debates e deliberações.....	506
g) Proclamação das deliberações.....	508
h) Lavratura da ata	508
i) Suspensão e adiamento da assembleia	508
8. Despesas de convocação e de realização	510
9. Participação	511
9.1. Requisitos para a participação	511
9.2. Formas de participação	513

9.2.1. Participação pessoal	513
9.2.2. Participação por representação simples	513
9.2.3. Participação por representação sindical	517
9.2.4. Agente fiduciário	518
10. Exercício do voto	518
10.1. Fazer parte de uma das quatro classes do art. 41	518
10.2. Estar devidamente habilitado	520
10.3. Não estar proibido de votar	522
10.3.1. Credores que não possuem interesse no processo	522
10.3.2. Credores em situação de conflito de interesses	524
10.4. Finalidade do voto e voto abusivo.....	531
11. Contagem de votos	534
11.1. Apreciação do plano de recuperação.....	534
11.2. Limites de classificação	535
11.3. Conversão do crédito em moeda estrangeira	536
11.4. Cessão de crédito, endosso de título de crédito e sub-rogação.....	536
12. Quóruns de deliberação	541
12.1. Regra geral.....	541
12.2. Regras especiais.....	542
12.2.1. Escolha dos membros do Comitê de Credores	542
12.2.2. Apreciação do plano de recuperação	543
12.2.3. Aprovação de forma extraordinária de realização do ativo na falência	546
12.3. Empate na deliberação	548
12.4. Abstenção, voto em branco e voto nulo.....	548
13. Resistência das deliberações	549
13.1. Invalidez das deliberações e proteção da AGC.....	549
13.2. Proteção dos terceiros de boa-fé	551

PARTE 3 REGIMES RECUPERATÓRIOS

CAPÍTULO 10 – RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTE 1.....	557
1. Aspectos iniciais	558
2. Legitimação	559
2.1. Ser devedor.....	560
2.1.1. Legitimação extraordinária.....	560
2.1.2. Grupos de sociedades	562
2.1.2.1. Consolidação processual.....	566
2.1.2.2. Consolidação substancial.....	571

2.1.3. Devedor com patrimônio de afetação	578
2.1.4. Deliberação especial de autorização para ajuizar a recuperação judicial	581
2.2. Ser empresário	582
2.3. Estar em situação de regularidade	582
2.4. Não ser falido	586
2.5. Não ter obtido o mesmo benefício há menos de cinco anos	587
2.6. Não ter sido condenado por crime previsto na LREF	588
2.7. Não ter controlador ou administrador condenado por crime previsto na LREF	588
3. Alcance	591
3.1. Regra geral	591
3.2. Exceções e regras especiais	601
3.2.1. Créditos contra coobrigados, fiadores, obrigados de regresso (inclusive em caso de desconsideração da personalidade jurídica)....	603
3.2.2. Créditos não contemplados no plano de recuperação	609
3.2.3. Crédito do titular de posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis	609
3.2.4. Crédito do arrendador mercantil	619
3.2.5. Outros “credores proprietários”	619
3.2.6. Crédito por adiantamento sobre contrato de câmbio	620
3.2.7. Crédito garantido por penhor sobre títulos de crédito, direitos creditórios, aplicações financeiras ou valores mobiliários	622
3.2.8. Crédito tributário	624
3.2.9. Créditos derivados de contratos de locação ou arrendamento de aeronaves	626
3.2.10. Créditos passíveis de compensação	626
3.2.11. Créditos devidos pelo produtor rural	628
a) Créditos constituídos antes do registro	631
b) Obrigações estranhas à atividade rural	632
c) Obrigações não contabilizadas	632
d) Crédito oriundo de recursos controlados e já renegociados	633
e) Crédito decorrente de alienação de propriedade rural no triênio anterior ao pedido de recuperação judicial	635
f) CPR de liquidação física	636
g) CPR com garantia fiduciária	638
g.1) Declaração de não essencialidade	639
g.2) Garantia sobre produtos agropecuários	639
g.3) Registro da CPR e da garantia	640
h) CPR ou CIR com patrimônio rural em afetação	640

h.1) Imunidade do crédito vs. imunidade da garantia	641
h.2) Imunidade relativa da garantia	642
3.2.12. Créditos de produtor rural em contratos de integração	642
3.2.13. Crédito decorrente de ato cooperativo	642
3.2.14. Obrigações no âmbito das entidades de compensação e liquidação	643
3.2.15. Operações compromissadas e de derivativos	645
3.2.16. Representante comercial	646
3.2.17. Nota crítica à extraconcursalidade	647
CAPÍTULO 11. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTE 2	649
1. Petição inicial	649
a) Qualificação da parte	650
b) Exposição das causas da crise	651
c) Demonstrações contábeis	652
d) Relação dos credores	655
e) Relação dos empregados	656
f) Comprovação de regularidade	657
g) Relação dos bens particulares dos controladores e administradores	657
h) Extratos das contas bancárias e aplicações financeiras	658
i) Certidões de protestos de títulos	659
j) Relação das ações judiciais e procedimentos arbitrais	659
k) Relatório do passivo fiscal	660
l) Relação de bens e direitos do ativo não circulante	660
m) Valor da causa	661
2. Constatação prévia	663
2.1. Facultatividade e excepcionalidade	664
2.2. Momento	665
2.3. Objeto	666
2.3.1. Condições de funcionamento	666
2.3.2. Regularidade da documentação	668
2.3.3. Verificação do principal estabelecimento	669
2.3.4. Viabilidade da empresa?	669
2.3.5. Utilização fraudulenta	670
2.4. Realização inaudita altera parás	670
2.5. Escolha do profissional	670
2.6. Prazo da perícia	671
2.7. Remuneração do perito	672
3. Processamento da ação	672
3.1. Decisão de processamento	676

3.2. Publicação do edital que anuncia o processamento da ação e apresenta a primeira lista de credores	677
3.3. Utilização da expressão “em Recuperação Judicial”	678
3.4. Anotação da recuperação judicial no Registro de Empresas	678
3.5. Manutenção do devedor na condução da empresa	679
3.5.1. Possibilidade de afastamento do devedor ou de seus administradores	680
3.5.2. Alcance da regra que admite o afastamento	681
3.5.3. Espécies de intervenção	683
3.5.4. Escolha do gestor	684
3.5.5. Gestão interina	685
3.5.6. Remuneração do gestor judicial	685
3.5.7. Atuação do gestor judicial	686
3.5.8. Deveres e responsabilidades do gestor judicial	689
3.6. Suspensão das ações e execuções (stay period)	690
3.6.1. Prazo e sua possível extensão	693
3.6.2. Ações que demandam quantia ilíquida	699
3.6.3. Ações executivas lato sensu e ações de direito material	700
3.6.4. Ações de natureza trabalhista	704
3.6.5. Execuções fiscais	705
3.6.6. Credores proprietários e os bens essenciais	708
3.6.7. Coobrigados, fiadores e obrigados de regresso	712
3.6.8. Sócios de responsabilidade ilimitada	713
3.6.9. Protesto de títulos e inscrição em cadastros de proteção ao crédito	714
3.7. Cláusulas de denúncia contratual ou resolução expressa e vencimento antecipado	717
3.8. Dispensa de certidões negativas	720
3.9. Alienação e oneração de bens do ativo não circulante	724
3.9.1. Oposição dos credores	728
3.9.2. Alienação livre de sucessão e proteção de adquirente	730
3.9.3. Propósito da alienação	731
3.10. Distribuição de dividendos	732
3.11. Conselho Fiscal	732
3.12. Estímulos à concessão de crédito	733
3.12.1. Concessão de crédito pelo art. 67	736
3.12.2. Financiamento pela Seção IV-A (arts. 69-A a 69-F)	740
3.12.2.1. Elementos caracterizadores	741
a) Autorização judicial	742
b) Garantia	743
c) Finalidade	745

3.12.2.2. Figuras.....	746
a) Tomador.....	746
b) Financiador.....	747
c) Garantidor.....	748
3.12.2.3. Incentivos.....	749
a) Superprioridade.....	749
b) Irreversibilidade.....	752
c) Liberação do financiador.....	753
3.12.3. Visão panorâmica dos financiamentos incentivados.....	753
3.12.4. Problema regulatório.....	754
3.13. Antecipação dos efeitos do processamento.....	756
3.14. Desistência.....	757
4. Plano de recuperação.....	757
4.1. Prazo de apresentação.....	757
4.2. Conteúdo.....	758
4.3. Meios de recuperação.....	759
a) Medidas financeiras.....	764
b) Medidas de reestruturação societária e do controle.....	765
c) Medidas de gestão.....	766
d) Medidas trabalhistas.....	766
e) Medidas de desmobilização e de disposição de ativos.....	767
4.4. Princípio da igualdade e o tratamento dispensado aos credores.....	768
4.5. Demonstração da viabilidade econômica.....	778
4.6. Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos.....	778
4.7. Limites.....	779
4.7.1. Alienação de bens objeto de garantia real.....	780
4.7.2. Crédito em moeda estrangeira.....	780
4.7.3. Garantias trabalhistas especiais.....	780
4.8. Plano alternativo dos credores.....	784
4.8.1. Suportes fáticos.....	786
a) Vencimento do stay period sem deliberação sobre o plano... ..	786
b) Rejeição do plano do devedor.....	787
4.8.2. Pressupostos para apresentação do plano.....	787
4.8.3. Requisitos do plano.....	789
a) Formalidades do art. 53.....	789
a.1) Meios de recuperação.....	789
a.2) Laudo de viabilidade do plano.....	791
a.3) Laudo de avaliação dos ativos.....	791
b) Não agravamento da situação do devedor, de seus sócios e de garantidores.....	792

b.1) Não imputação de novas obrigações aos sócios.....	792
b.2) Liberação de fiadores e avalistas pessoas naturais	793
b.3) Não submeter devedor e sócios a sacrifício maior do que aquela decorrente da falência.....	795
4.8.4. Procedimento.....	796
a) Revés na tentativa de deliberar ou aprovar o plano.....	796
b) Deliberação a favor da concessão de oportunidade de apresentação do plano alternativo	797
c) Apresentação do plano alternativo com apoio mínimo de credores	798
d) Deliberação do plano alternativo	799
4.8.5. Problema sistêmico	801
4.8.6. Perspectivas	802
5. Manifestação do AJ.....	805
6. Cientificação sobre a apresentação do plano e objeções ao plano.....	805
7. Assembleia geral de credores.....	808
7.1. Prazo para a realização	808
7.2. Prazo para o encerramento.....	809
7.3. Negociações	810
7.4. Dispensa da assembleia.....	811
7.5. Alterações no plano	812
7.6. Apreciação do plano.....	813
7.7. Imposição do plano (cram down)	814
7.8. Plano alternativo.....	819
7.9. Revisão do plano.....	820
7.10. Abuso do direito de voto.....	820
8. Concessão da recuperação.....	825
8.1. Limites do juiz na análise do plano	825
8.2. A posição do Fisco e a exigência da certidão de regularidade fiscal.....	833
8.2.1. Parcelamento tributário para empresas em recuperação	833
8.2.2. Primeira fase: dispensa de CND por inexistência de parcelamento especial.....	834
8.2.3. Segunda fase: dispensa de CND por insuficiência dos parcelamentos especiais.....	835
8.2.4. Terceira fase: necessária congruência entre poderes do Fisco e sua contribuição para a preservação da empresa	838
CAPÍTULO 12. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTE 3.....	843
1. Efeitos da concessão da recuperação	843
1.1. Novação das obrigações.....	843

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA

1.1.1.	Condição resolutiva.....	844
1.1.2.	Extinção das execuções	846
1.1.3.	Baixa dos protestos e dos registros de proteção ao crédito	847
1.1.4.	Coobrigados e garantidores das obrigações novadas	848
1.2.	Formação de título executivo judicial.....	851
1.3.	Alienação de estabelecimento e outros ativos livres de dívidas	851
1.3.1.	Coerência da regra	856
1.3.2.	Constitucionalidade	856
1.3.3.	Requisitos	857
1.3.3.1.	Previsão da alienação no plano de recuperação.....	857
1.3.3.2.	Impossibilidade de o arrematante ser pessoa ligada ao devedor	858
1.3.3.3.	Alienação por modalidade competitiva.....	859
1.3.4.	Polêmica expressão “unidade produtiva isolada”	862
1.3.5.	Extensão da exoneração	865
1.3.6.	Outros negócios jurídicos	869
1.3.7.	Esvaziamento patrimonial e proteção de adquirentes de boa-fé.....	869
2.	Execução judicial do plano	872
2.1.	Fiscalização judicial: direito das partes ou prerrogativa do juiz?	873
2.2.	Limite de até dois anos e consolidação do quadro geral de credores.....	875
2.3.	Convolação em falência e princípio da prudência	876
2.4.	Convolação em falência e reversão da novação	876
2.5.	Alterações do plano durante a execução.....	876
3.	Sentença de encerramento	877
4.	Execução extrajudicial do plano	878
CAPÍTULO 13. RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA ME E EPP		881
1.	Regime especial facultativo para ME/EPP e produtores rurais	883
2.	Alcance.....	887
3.	Plano especial.....	888
4.	Necessidade de autorização para aumentar despesas e contratar empregados	888
5.	Procedimento e ausência de assembleia para deliberar sobre o plano	889
5.1.	Petição inicial	890
5.2.	Exame da inicial.....	891
5.3.	Plano.....	892
5.4.	Objecções	892
5.5.	Inexistência de assembleia.....	892
5.6.	Aferição da vontade dos credores.....	893
5.7.	Inviabilidade de plano alternativo	893
5.8.	Concessão da recuperação judicial.....	894
6.	Nota crítica sobre o regime especial	895

CAPÍTULO 14. CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

EM FALÊNCIA.....	897
1. Hipóteses de convolação da recuperação judicial em falência	899
1.1. Deliberação da assembleia.....	899
1.2. Não apresentação do plano no prazo	900
1.3. Rejeição do plano.....	902
1.4. Descumprimento do plano.....	903
1.5. Descumprimento do parcelamento ou da transação fiscal	905
1.6. Esvaziamento patrimonial e liquidação substancial da empresa	906
2. Aplicação da regra.....	908
3. Efeitos da convolação sobre os atos praticados durante a recuperação judicial	911
4. Efeitos sobre as obrigações novadas.....	912

CAPÍTULO 15. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL..... 915

1. Conceito.....	919
2. Judicialidade.....	920
3. Análise comparativa.....	922
4. Legitimação.....	930
5. Plano.....	933
5.1. Créditos imunes	934
5.2. Forma e conteúdo	936
5.3. Limites e restrições de conteúdo.....	938
6. Modalidades	941
6.1. Recuperação extrajudicial facultativa	941
6.2. Recuperação extrajudicial impositiva (cram down).....	941
7. Processamento da ação.....	948
7.1. Petição Inicial.....	949
7.2. Exame da inicial.....	951
7.3. Publicação dos editais.....	952
7.4. Envio de carta aos credores	953
7.5. Efeito sobre os direitos, ações e execuções.....	954
7.6. Impugnação.....	960
7.7. Manifestação do devedor	964
7.8. Instrução probatória	964
7.9. Intervenção do Ministério Público.....	964
7.10. Sentença.....	965
7.11. Recurso	967
8. Execução do plano e aditamento.....	968

PARTE 4
FALÊNCIA

CAPÍTULO 16. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	975
1. Conceito.....	975
2. Interesse público vs. disponibilidade do direito	977
3. Superando o velho estigma.....	977
4. Panorama do procedimento	979
5. Princípios específicos.....	980
5.1. Tutela do crédito	980
5.2. Tratamento igualitário.....	981
5.3. Universalidade.....	983
5.3.1. Nota sobre a representação processual da massa.....	988
5.3.2. Nota sobre a gratuidade de custas	988
5.4. Saneamento do mercado.....	989
5.5. Realocação eficiente dos recursos	990
5.6. Preservação dos ativos e da empresa.....	990
5.7. Celeridade	990
5.8. Liberação do falido e fomento ao empreendedorismo	991
 CAPÍTULO 17. BASE JURÍDICA DA FALÊNCIA.....	 993
1. Sistema de presunções.....	993
1.1. Lançamento judicial da presunção de insolvência	994
1.2. Resistência à pretensão: tentativa de derrubar a presunção.....	994
1.3. Manifestação judicial sobre a presunção de insolvência.....	994
1.4. Estado jurídico versus estado econômico de insolvência	994
2. Suporte fático: impontualidade	996
2.1. Inadimplemento.....	997
2.2. Falta de justificativa	997
2.3. Liquidez da dívida	997
2.4. Atingimento do piso legal.....	998
2.5. Existência de título executivo protestado.....	998
3. Suporte fático: execução frustrada	1000
4. Suporte fático: atos de falência	1002
4.1. Liquidação precipitada de ativos e utilização de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos	1003
4.2. Realização de negócio simulado ou alienação total ou parcial de ativos para retardar pagamentos ou fraudar credores.....	1004
4.3. Transferência de estabelecimento sem consentimento dos credores e sem ficar com bens para solver o passivo.....	1004

4.4. Simulação de transferência do principal estabelecimento.....	1005
4.5. Constituição ou reforço de garantia.....	1006
4.6. Ausência ou abandono de estabelecimento	1006
4.7. Inadimplemento de obrigação assumida no plano de recuperação judicial.....	1007
5. Suporte fático: confissão de falência (autofalência).....	1007
5.1. Confissão de insolvência: direito ou dever?.....	1008
5.2. Dissolução regular das sociedades	1009
CAPÍTULO 18. LEGITIMIDADE PARA REQUERER A FALÊNCIA	1013
1. Próprio devedor	1014
2. Cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante.....	1017
3. Sócio do devedor	1018
4. Qualquer credor	1020
4.1. Credor com garantia real	1021
4.2. Credor por alimentos	1021
4.3. Credor com crédito ainda não vencido	1021
4.4. Agente fiduciário.....	1022
4.5. Credor em condição de irregularidade	1022
4.6. Credor domiciliado no exterior	1023
4.7. Credor tributário	1023
4.8. Credores por créditos inexigíveis na falência.....	1025
CAPÍTULO 19. PROCEDIMENTO.....	1027
1. Fases do processo falimentar.....	1027
2. Procedimento em ações propostas por credor	1028
2.1. Petição Inicial.....	1028
2.2. Distribuição, exame da inicial e citação	1029
2.3. Resposta do réu	1030
2.3.1. Contestação.....	1031
2.3.1.1. Suporte fático: impontualidade	1031
2.3.1.2. Suporte fático: execução frustrada.....	1033
2.3.1.3. Suporte fático: atos de falência.....	1034
2.3.2. Depósito elisivo.....	1035
2.3.3. Pedido incidental de recuperação judicial	1038
2.3.4. Transação judicial	1041
2.3.5. Revelia	1042
2.4. Réplica.....	1042
2.5. Audiência de conciliação ou de mediação	1042
2.6. Instrução probatória	1042

2.7.	Suspensão do feito	1043
2.8.	Manifestação do Ministério Público	1043
2.9.	Julgamento e eventual responsabilização do autor	1043
3.	Procedimento da autofalência	1045
3.1.	Caráter facultativo.....	1045
3.2.	Natureza jurídica	1045
3.3.	Legitimidade	1045
3.4.	Petição inicial	1046
3.5.	Oposição	1047
3.6.	Instrução probatória	1048
3.7.	Manifestação do Ministério Público	1048
3.8.	Julgamento	1048
CAPÍTULO 20. SENTENÇA FALIMENTAR.....		1051
1.	Natureza jurídica	1051
2.	Requisitos gerais.....	1052
3.	Requisitos especiais	1052
3.1.	Síntese do pedido e identificação do falido e de seus administradores	1052
3.2.	Fixação do termo legal.....	1053
3.3.	Ordem para a apresentação da relação de credores.....	1053
3.4.	Explicitação do prazo para as habilitações.....	1054
3.5.	Ordem de suspensão das ações e execuções.....	1054
3.6.	Ordem de proibição de prática de atos de disposição e oneração	1055
3.7.	Determinação das diligências de salvaguarda	1055
3.8.	Ordem para que o Registro de Empresas e a Receita Federal procedam às anotações cabíveis.....	1056
3.9.	Nomeação do administrador judicial	1056
3.10.	Ordem de expedição dos ofícios para a busca de bens do falido	1056
3.11.	Pronunciamento sobre a eventual continuação provisória das atividades ou lacração dos estabelecimentos.....	1057
3.11.1.	Continuação provisória das atividades do falido	1058
3.11.1.1.	Dissociação da sorte da empresa e a do empresário....	1059
3.11.1.2.	Hipóteses autorizadoras.....	1059
3.11.1.3.	Pressupostos.....	1061
3.11.1.4.	Legitimação	1061
3.11.1.5.	Alcance	1062
3.11.1.6.	Operacionalização.....	1062
3.11.1.7.	Gestão e responsabilidade	1064
3.12.	Convocação da AGC para a constituição do Comitê de Credores	1064
3.13.	Intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas	1065

3.14. Data e hora	1065
4. Publicação.....	1064

CAPÍTULO 21. EFEITOS DA QUEBRA SOBRE A PESSOA DO FALIDO

E SEUS BENS.....	1069
1. Empresário individual versus sociedade empresária.....	1070
2. Inabilitação ao exercício da atividade empresária	1073
2.1. Nota sobre o direito anterior.....	1074
2.2. Momento do afastamento.....	1075
2.3. Momento da inabilitação	1075
2.4. Alcance da inabilitação.....	1075
2.5. Limites da inabilitação	1076
2.6. Inabilitação por condenação criminal falimentar	1077
2.7. Fundamento da inabilitação.....	1078
2.8. Inabilitação versus continuação provisória das atividades	1079
2.9. Inabilitação versus perda da capacidade	1080
2.10. Duração da inabilitação.....	1081
3. Desapossamento dos bens	1083
3.1. Terminologia.....	1084
3.2. Fundamento e objetivo.....	1084
3.3. Natureza jurídica.....	1086
3.4. Momento	1087
3.4.1. Termo <i>a quo</i>	1088
3.4.2. Termo <i>ad quem</i>	1088
3.5. Alcance.....	1088
3.6. Limites	1091
3.7. Desapossamento versus arrecadação	1092
3.8. Desapossamento versus perda da propriedade.....	1093
3.9. Desapossamento versus incapacidade.....	1094
3.10. Desapossamento versus legitimidade processual.....	1095
3.10.1. Nota sobre a ação de responsabilidade do art. 82	1097
3.11. O desapossamento e a prática de atos pelo falido	1099
3.11.1. Natureza do vício	1099
3.11.2. Proteção do terceiro de boa-fé.....	1101
3.11.3. Enquadramento como crime falimentar	1102
4. Direitos do falido.....	1102
4.1. Direito de fiscalizar	1103
4.2. Direito de requerer as providências para a conservação de seus direitos ou dos bens arrecadados.....	1103
4.3. Direito de intervir nos processos.....	1103

4.3.1. Natureza jurídica da participação do falido	1104
4.3.2. Alcance	1106
4.3.3. Pressuposto da intervenção	1106
4.3.4. Revelia	1107
4.3.5. Advogado e assistência judiciária.....	1107
4.4. Outros direitos.....	1108
4.5. Direito de receber alimentos e remuneração?	1108
5. Deveres do falido.....	1110
5.1. Dever de comparecimento e declaração	1111
5.1.1. Causas da falência.....	1114
5.1.2. Identificação dos sócios e administradores.....	1114
5.1.3. Identificação do contador	1115
5.1.4. Indicação dos mandatos outorgados	1116
5.1.5. Indicação de bens fora do estabelecimento	1116
5.1.6. Indicação de participações societárias.....	1117
5.1.7. Indicação de ativos financeiros e processos em tramitação.....	1117
5.2. Dever de depositar os livros obrigatórios.....	1118
5.3. Dever de não se ausentar	1119
5.3.1. Definindo “lugar onde se processa a falência” e críticas.....	1120
5.3.2. Alcance da regra	1120
5.3.2.1. Desnecessidade de designação de médico para exame do falido em caso de moléstia	1121
5.3.2.2. Desnecessidade de autorização judicial	1121
5.3.3. Fundamento	1121
5.3.4. Modulação do dever a partir da extensão da ausência?.....	1122
5.4. Dever de comparecimento	1124
5.5. Dever de entregar todos os bens, papéis, documentos e senhas.....	1125
5.6. Dever de prestar informações	1126
5.7. Dever de auxiliar	1126
5.8. Dever de examinar as habilitações de créditos	1127
5.9. Dever de assistir ao levantamento, à verificação do balanço e ao exame dos livros	1127
5.10. Dever de se manifestar quando determinado pelo juiz	1128
5.11. Dever de apresentar a relação de seus credores.....	1128
5.12. Dever de examinar e dar parecer sobre as contas do administrador judicial.....	1129
6. Descumprimento dos deveres do falido: desobediência	1129

CAPÍTULO 22. EFEITOS DA QUEBRA SOBRE AS OBRIGAÇÕES

DO FALIDO	1133
1. Concurso universal: escopo e limites	1134
2. Suspensão de direitos	1136
2.1. Direito de retenção	1137
2.2. Direito de retirada	1139
3. Contratos bilaterais	1141
3.1. Escopo da regra geral	1142
3.2. Cotejo entre o regime anterior e atual	1143
3.3. Papel do Comitê de Credores	1146
3.4. Prazo para interpelação e resposta do administrador judicial	1146
3.5. Cláusula resolutiva expressa em caso de falência	1147
3.6. Indenização e multas contratuais	1149
4. Contratos unilaterais	1153
4.1. Regime anterior	1153
4.2. Nova sistemática: semelhança com os contratos bilaterais	1154
4.3. Prazo para comunicação do administrador judicial e habilitação do crédito	1155
4.4. Contratos bilaterais imperfeitos	1156
5. Casos especiais	1156
5.1. Sustação da compra e venda em trânsito	1158
5.2. Compra e venda de coisas compostas	1159
5.3. Venda de bem móvel ou contratação de serviços em prestações	1161
5.4. Compra e venda de coisa móvel com reserva de domínio	1162
5.5. Compra e venda a termo	1163
5.6. Promessa de compra e venda de bens imóveis	1166
5.7. Contrato de locação	1169
5.8. Compensação e liquidação no sistema financeiro nacional	1172
5.9. Patrimônio de afetação	1173
5.10. Contrato de mandato e de comissão	1177
5.11. Contrato de conta corrente	1180
5.12. Compensação de créditos	1181
5.12.1. Óbices legais	1186
5.12.2. Casuística	1187
5.13. Contrato de sociedade	1189
5.13.1. Sociedade em conta de participação	1193
5.14. Condomínio	1193
5.15. Juros e correção monetária	1194
5.16. Espólio	1198
5.17. Outras relações patrimoniais	1200

5.18. Coobrigados solidários com falência decretada.....	1201
5.19. Coobrigados solventes e garantes do devedor ou dos sócios ilimitadamente responsáveis.....	1204
5.20. Outras disposições da LREF que produzem efeitos sobre as obrigações do falido	1207
5.21. Outros efeitos da falência	1207
5.21.1. Transformação societária.....	1208
5.21.2. Incorporação, fusão e cisão	1208
5.21.3. Consórcio de sociedades	1208
5.21.4. Concessões de serviços públicos e de obras públicas e permissões de serviços públicos.....	1208
CAPÍTULO 23. ARRECADAÇÃO, AVALIAÇÃO E GUARDA DOS BENS.....	1211
1. Momento.....	1213
2. Alcance ordinário.....	1214
2.1. Bens economicamente apreciáveis.....	1215
2.2. Documentos relevantes.....	1216
2.3. Bens constritos noutros processos	1217
2.4. Bens de terceiros na posse do falido	1218
2.5. Bens do falido na posse de terceiros	1219
2.6. Arrecadação e continuação provisória das atividades	1220
2.7. Bens presentes e futuros	1220
2.8. Situação dos bens não arrecadados	1220
2.9. Situações Especiais.....	1221
2.9.1. Arrecadação de quotas sociais.....	1221
2.9.2. Arrecadação de bens imóveis	1221
2.9.3. Arrecadação de bens móveis sujeitos a registro	1221
2.9.4. Arrecadação e depositário.....	1221
3. Alcance Extraordinário: desconsideração da personalidade jurídica e extensão dos efeitos da falência	1222
4. Limites.....	1227
4.1. Bens absolutamente impenhoráveis	1227
4.2. Bens integrantes dos patrimônios de afetação	1229
4.3. Meação do cônjuge do empresário individual ou do sócio de responsabilidade ilimitada	1229
4.4. Bens que o empresário incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição	1230
4.5. Bens gravados com cláusula de inalienabilidade	1230
5. Medidas assecuratórias.....	1230
6. Aspectos procedimentais.....	1231

6.1. Legitimidade	1231
6.2. Participação do falido e do Ministério Público	1232
6.3. Força policial, oficial de justiça e auxiliares	1232
6.4. Atuação em outras comarcas	1233
6.5. Auto de arrecadação	1234
6.6. Lactação	1236
6.7. Avaliação	1239
6.8. Guarda, depósito e remoção.....	1242
6.9. Despesas da arrecadação e ausência ou insuficiência de bens.....	1244
6.10. Falência frustrada	1244
6.10.1. Procedimento	1245
6.10.2. Fundamento	1247
7. Providências especiais	1248
7.1. Utilização econômica provisória dos bens	1248
7.2. Liquidação sumária	1250
7.2.1. Aquisição ou adjudicação imediata pelos próprios credores em razão dos custos.....	1250
7.2.2. Venda antecipada em razão da natureza dos bens	1254
7.3. Venda antecipada para obter recursos indispensáveis?	1256
CAPÍTULO 24. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO	1257
1. Restituição Ordinária	1261
2. Restituição Extraordinária.....	1265
3. Restituição em Dinheiro.....	1268
3.1. Perda, extravio ou venda da coisa	1269
3.2. Operação de ACC	1271
3.3. Proteção do terceiro de boa-fé.....	1273
3.4. Tributos passíveis de retenção	1274
4. Procedimento.....	1276
4.1. Petição inicial	1276
4.2. Manifestação dos interessados	1277
4.3. Decisão	1278
4.4. Sucumbência e custos.....	1280
4.5. Recurso	1281
4.6. Recebimento antecipado do bem.....	1281
4.7. Retenção do bem.....	1281
4.8. Prazo para o ajuizamento.....	1282
4.9. Regramento processual.....	1282
5. Embargos de Terceiro.....	1282

CAPÍTULO 25. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS	1285
1. Panorama do tema.....	1287
2. Nota histórica do direito pátrio.....	1289
3. Ineficácia versus revogação.....	1290
4. Prejuízo e sua prova	1293
5. Declaração de ineficácia	1296
5.1. Requisitos	1296
5.2. Meio.....	1296
5.3. Legitimação ativa.....	1297
5.4. Legitimação passiva	1297
5.5. Prazo.....	1298
5.6. Competência, tramitação e rito processual	1298
5.7. Efeitos	1298
5.8. Termo legal da falência.....	1299
5.8.1. Conceito.....	1299
5.8.2. Função.....	1300
5.8.3. Origem	1300
5.8.4. Fixação.....	1301
5.8.5. Termo legal	1304
5.8.6. Atos lesivos fora do termo legal	1305
5.8.7. Termo legal e os sócios de responsabilidade ilimitada.....	1305
5.9. Hipóteses legais.....	1305
5.9.1. Pagamento de dívida não vencida dentro do termo legal.....	1306
5.9.1.1. Fundamento.....	1306
5.9.1.2. Precisando “pagamento” e “dívida não vencida”	1307
5.9.1.3. Marco temporal	1310
5.9.1.4. Efeito.....	1310
5.9.1.5. Pagamento de dívida não vencida em contexto recuperatório	1311
5.9.1.6. Casuística.....	1311
5.9.2. Pagamento de dívidas por forma não prevista pelo contrato	1311
5.9.2.1. Adimplemento e pagamento	1312
5.9.2.2. Fundamento.....	1313
5.9.2.3. Marco temporal	1314
5.9.2.4. Efeito	1314
5.9.2.5. Pagamento de dívida vencida e exigível em contexto recuperatório	1314
5.9.2.6. Divergência doutrinária	1314
5.9.3. Constituição de direito real de garantia dentro do termo legal para garantir dívida contraída anteriormente.....	1315

5.9.3.1.	Fundamento	1315
5.9.3.2.	Falsa preferência	1316
5.9.3.3.	Hipotecas sequenciais	1319
5.9.3.4.	Marco temporal	1319
5.9.3.5.	Efeito	1320
5.9.3.6.	A constituição de direito real de garantia em contexto recuperatório	1320
5.9.4.	Prática de atos a título gratuito	1320
5.9.4.1.	Fundamento	1320
5.9.4.2.	Definindo “prática de atos a título gratuito”	1321
5.9.4.3.	Marco temporal	1322
5.9.4.4.	Alcance	1323
5.9.4.5.	Efeito	1324
5.9.5.	Renúncia à herança ou a legado	1324
5.9.5.1.	Fundamento, marco temporal e alcance	1324
5.9.5.2.	Tratamento dado pelo Código Civil	1325
5.9.5.3.	Efeito	1326
5.9.6.	Alienação de estabelecimento empresarial deixando os credores a descoberto	1326
5.9.6.1.	Sobre o estabelecimento e sua alienação	1327
5.9.6.2.	Polêmica envolvendo o “trespasse parcial”	1328
5.9.6.3.	Pagamento e/ou consentimento dos credores	1331
5.9.6.4.	Marco temporal	1333
5.9.6.5.	Efeito	1334
5.9.6.6.	Alienação de estabelecimento em contexto recuperatório	1334
5.9.7.	Registro de direitos reais e de transferência de propriedade depois da quebra	1334
5.9.7.1.	Fundamento e alcance	1335
5.9.7.2.	Marco temporal	1337
5.9.7.3.	Efeito	1338
5.9.8.	Reembolso do acionista em contexto falimentar	1338
6.	Ação revocatória	1339
6.1.	Fundamento	1339
6.2.	Marco temporal	1340
6.3.	Aspectos processuais	1341
6.3.1.	Legitimação ativa	1341
6.3.2.	Prazo	1343
6.3.3.	Legitimação passiva	1344
6.3.3.1.	Parte processual	1346

6.3.4. Foro competente	1349
6.3.5. Petição inicial, rito e ônus da prova	1350
6.3.6. Sequestro de bens na revocatória	1350
6.3.7. Sentença	1351
6.3.7.1. Restituição in natura.....	1351
6.3.7.2. Restituição pelo valor de mercado	1352
6.3.7.3. Restituição de acessórios e perdas e danos.....	1353
6.3.8. Recurso.....	1354
7. Efeitos da declaração de ineficácia e da ação revocatória	1355
7.1. Retorno das partes ao estado anterior	1355
7.2. Possibilidade de devolução do bem/valores ao terceiro	1357
7.3. Contratante de boa-fé: restituição e perdas e danos.....	1358
7.4. Securitização de créditos	1360
7.5. Compensação, ineficácia e revocatória	1361
7.6. Universo de credores	1361
8. Combate à colusão e a recuperação de empresas como “salvo-conduto”	1362
CAPÍTULO 26. REALIZAÇÃO DO ATIVO	1363
1. Momento.....	1364
2. Formas de alienação	1366
2.1. Alienação da empresa, com a venda de seus estabelecimentos em bloco..	1368
2.2. Alienação da empresa, com a venda de suas filiais ou unidades produtivas isoladamente	1370
2.3. Alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do devedor.....	1371
2.4. Alienação dos bens individualmente considerados.....	1371
3. Efeitos.....	1372
3.1. Sub-rogação dos credores.....	1372
3.2. A regra da não sucessão na falência	1373
3.2.1. Ausência de sucessão tributária	1374
3.2.2. Relações trabalhistas.....	1375
3.2.3. Relações civis e empresariais	1375
3.2.4. Hipótese em que há sucessão	1375
3.3. Efeitos registrais	1376
4. Escolha da modalidade de alienação.....	1377
5. Regras gerais aplicáveis a todas as modalidades.....	1378
5.1. Participação do juiz, do administrador judicial e do Comitê de Credores..	1379
5.2. Consolidação do quadro geral de credores.....	1380
5.3. Auxílio de terceiros.....	1381
5.4. Prazo máximo de 180 dias.....	1381

5.5. Desconsideração da conjuntura do mercado e inaplicabilidade do preço vil diante do caráter forçado da venda	1382
5.6. Compartilhamento de despesas	1384
5.7. Participação do Ministério Público e das Fazendas Públicas.....	1385
5.8. Alienações judiciais.....	1385
5.9. Falência superavitária e realização do ativo	1386
6. Modalidades	1386
6.1. Leilão.....	1386
6.1.1. Publicidade	1386
6.1.2. Conteúdo do edital.....	1387
6.1.3. Responsável pela publicação	1388
6.1.4. Atribuições do leiloeiro	1388
6.1.5. Chamadas.....	1388
6.1.6. Inaplicabilidade do conceito de preço vil.....	1388
6.1.7. Normas de regências	1389
6.1.8. Modalidade preferencial?.....	1389
6.1.9. Lances	1390
6.2. Processo competitivo.....	1390
6.3. Outras modalidades	1392
6.4. Modalidades excepcionais do art. 145	1393
7. A apresentação de impugnações	1396
8. Doação dos bens	1398
9. Dispensa de apresentação de certidões negativas	1400
10. Gerenciamento dos recursos.....	1400
11. Relatório do administrador judicial	1401
CAPÍTULO 27. CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS	1403
1. Classe I: Credores trabalhistas	1406
1.1. Créditos derivados da legislação trabalhista.....	1407
1.2. Créditos decorrentes de acidentes de trabalho	1409
1.3. Créditos trabalhistas por equiparação.....	1409
1.4. Ausência de rebaixamento por cessão	1411
2. Classe II: Credores com garantia real	1412
3. Classe III: Credores tributários.....	1415
3.1. Inexistência de hierarquia interna	1417
4. Classe IV: Credores quirografários.....	1418
5. Classe V: Multas contratuais e penas pecuniárias	1419
6. Classe VI: Credores subordinados	1420
7. Classe VII: Juros após a decretação da falência	1424

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA

CAPÍTULO 28. PAGAMENTO DOS CREDORES	1427
1. Ordem de pagamento	1428
1.1. Primeira etapa: restituição in natura	1429
1.2. Segunda etapa: créditos extraconcursais	1430
1.3. Terceira etapa: créditos concursais	1436
1.4. Quarta etapa: saldo	1437
2. Reservas	1438
3. Efetivação do pagamento	1440

CAPÍTULO 29. SENTENÇA DE ENCERRAMENTO E EXTINÇÃO
DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO

1. Prestação de contas pelo administrador judicial	1443
2. Relatório final da falência	1446
3. Encerramento da falência	1449
4. Prescrição das obrigações do falido	1451
5. Extinção das obrigações do falido	1454
5.1. Hipóteses	1456
a) Quitação integral dos débitos	1456
b) Pagamento substancial dos débitos	1457
c) Decurso do prazo de três anos da quebra	1458
d) Encerramento da falência	1461
5.2. Reabilitação da sociedade falida?	1463
5.3. Procedimento	1466
5.4. Sócio de responsabilidade ilimitada	1470
6. Reabertura da falência após seu regular encerramento	1470

PARTE 5
DISPOSIÇÕES PENAIIS

CAPÍTULO 30. PARTE GERAL	1475
1. Delimitação dos sujeitos ativos	1475
2. Condição objetiva de punibilidade	1476
3. Efeitos da condenação por crimes da Lei 11.101/05	1478
4. Prescrição dos crimes da Lei 11.101/05	1482

CAPÍTULO 31. CRIMES EM ESPÉCIE	1485
1. Fraude a credores	1486
2. Violação de sigilo empresarial	1492
3. Divulgação de informações falsas	1493
4. Indução a erro	1495

5. Favorecimento de credores.....	1497
6. Desvio, ocultação ou apropriação de bens	1499
7. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens	1502
8. Habilitação ilegal de crédito.....	1503
9. Exercício ilegal de atividade	1505
10. Violação de impedimento	1506
11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	1508
CAPÍTULO 32. PROCEDIMENTO PENAL.....	1511
1. Competência	1511
2. Natureza e propositura da ação penal.....	1514
3. Rito	1518
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1521